

## O QUOTIDIANO DA CASA DE D. LOURENÇO RODRIGUES, BISPO DE LISBOA (1359-1364†): NOTAS DE INVESTIGAÇÃO

ANÍSIO MIGUEL DE SOUSA SARAIVA \*

Na sequência do trabalho que temos vindo a desenvolver no âmbito do estudo da fiscalidade pontifícia durante o período do papado de Avinhão, no tocante a inquirições e a inventários do espólio de prelados portugueses <sup>1</sup>, damos agora a conhecer o processo de D. Lourenço Rodrigues, bispo de Lisboa entre 1358 e 1364†, depositado no fundo da *Camera Apostolica, Collectoriae*, do *Archivio Segreto Vaticano*, com o número 275 <sup>2</sup>.

Inicia-se este longo processo por uma primeira parte em que os colectores apostólicos expõem os trâmites da reclamação do espólio deste bispo de Lisboa, reservado pelo papa Urbano V ao abrigo do *jus spoli*, isto é, do direito apostólico de apropriação de todos os bens móveis da Casa de um prelado falecido com origem nos rendimentos resultantes das prerrogativas eclesiásticas por ele exercidas <sup>3</sup>.

---

\* Universidade de Coimbra. Bolseiro de doutoramento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia e investigador do projecto «*Fasti Ecclesiae Portugaliae*»: *prosopografia do clero catedralício português (1071-1325)*, também financiado pela FCT.

<sup>1</sup> O primeiro trabalho publicado diz respeito ao processo do bispo portuense D. Afonso Pires: SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa – O processo de inquirição do espólio de um prelado trecentista: D. Afonso Pires, bispo do Porto, 1359-1372†. *Lusitania Sacra*. 2ª série. 13--14 (2001-2002) 197-228; aguardando-se para breve o estudo e edição dos processos referentes aos bispos de Lamego D. Rodrigo de Oliveira (1311-1330†) e de Lisboa D. Vasco Martins (1342-1344†); sobre este último apresentámos recentemente um estudo preliminar, em COELHO, Maria Helena da Cruz; SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa – D. Vasco Martins, vescovo di Oporto e di Lisbona: una carriera tra Portogallo ed Avignone durante la prima metà del Trecento. In *A Igreja e o Clero Português no Contexto Europeu: The Church and the Portuguese Clergy in the European Context*. Colóquio Internacional, Roma-Viterbo, 2004. Lisboa: CEHR/UCP, 2005, p. 119-136.

<sup>2</sup> *Archivio Segreto Vaticano (ASV), Cam. Ap., Collect.*, 275, fls. 113-157v e 179-258. Daqui em diante limitaremos a citação deste documento apenas às folhas.

<sup>3</sup> SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa – O processo de inquirição do espólio, p. 197-199.

No cumprimento das suas funções, os colectores e subcolectores começam por elaborar o inventário pormenorizado dos bens móveis da Casa de D. Lourenço e por examinar as contas da administração dos ingressos episcopais, ao mesmo tempo que relatam a pouco esclarecida antecipação do rei D. Pedro I, que ordenara a arrecadação de alguns dos bens do prelado antes de estes, conforme obrigava a referida reserva papal, serem inquiridos pelos funcionários apostólicos. Por conseguinte, inventariam tudo o que inicialmente havia sido tomado pelos funcionários régios em Lisboa e noutros locais da diocese, em ouro, prata, jóias, moedas, livros, géneros e animais, bem como todo o restante aparato do quotidiano doméstico do bispo, constituído por roupas de cama e de mesa, vestuário e acessórios, mobiliário, objectos e utensílios diversos.

Num segundo momento, igualmente a cargo dos colectores, procede-se à avaliação dos rendimentos do prelado nos arcediagos de Lisboa e Santarém e nas vilas de Alenquer e Azambuja, o que consubstancia um inestimável conjunto de elementos que nos ajudam não só a identificar e a quantificar os bens episcopais e a natureza dos direitos eclesiásticos, mas também os respectivos mecanismos de gestão. Mais importante ainda é o facto de, no seguimento deste cômputo, se identificar a rede social associada à administração económica do património episcopal e os contenciosos que os colectores enfrentaram durante a reclamação desses rendimentos. Por fim, é encerrado o processo de D. Lourenço com o arrolamento da receita obtida através da venda de géneros, animais e bens do prelado, da qual foram excluídos todos aqueles que, pelo seu valor, foram incorporados na lista das peças e do dinheiro a remeter à *Camera Apostolica*.

O zelo dos colectores apostólicos levou ainda a que a todo este trabalho de inventariação patrimonial e fiscal fosse apenso o livro de despesas da Casa de D. Lourenço Rodrigues, com anotações que abrangem praticamente todo o período do seu episcopado. Recolhem-se neste livro variadíssimas informações que nos permitem, de uma forma excepcional, perceber quase dia a dia as diferentes dimensões da vida quotidiana do paço episcopal de Lisboa e da administração da Casa deste prelado, atendendo não só à vivência urbana mas também rural da diocese. Nas suas páginas tudo é anotado: a alimentação, o vestir, o calçar e o ostentar, os preços, a habitação, a estrutura do espaço doméstico e a sua construção, as técnicas de trabalho, o mundo dos ofícios, os seus agentes e os seus salários, a gestão dos trabalhos agrícolas nas câmaras e nos domínios episcopais, o aprovisionamento dos géneros aí produzidos, a estrutura funcional da Casa do bispo, a sociabilidade e os itinerários episcopais, e os cuidados médicos com a saúde e a preparação da morte de D. Lourenço.

Analisemos com um pouco mais de pormenor as linhas principais deste processo de inventário e do livro de despesas que lhe está anexo.

## 1. O espólio do bispo de Lisboa

O processo de D. Lourenço Rodrigues tem início com o anúncio da sua morte, na manhã de 19 de Junho de 1364, no momento em que, jazendo o prelado falecido na sua cama, Pedro Afonso, vassalo do rei D. Pedro, entra no paço episcopal de Lisboa e interroga os familiares do bispo aí reunidos sobre o paradeiro dos bens de D. Lourenço, pedindo que lhe seja indicado o nome do guardião das chaves do seu tesouro. Todos foram unânimes em declarar que os bens se encontravam aí mesmo, no paço, e em apontar João de Soure, clérigo do bispo, como sendo o guardião das chaves <sup>4</sup>. Apesar da recusa por parte deste clérigo em entregar ao representante do rei a custódia do espólio e as chaves da câmara episcopal, Pedro Afonso assume por mandado régio a posse dos haveres e ordena o prosseguimento das exéquias fúnebres de D. Lourenço para o mosteiro de S. Francisco de Lisboa, onde o prelado decidira ser sepultado <sup>5</sup>. Assim que o ataúde abandona o paço, Pedro Afonso determina o encerramento deste e encarrega da sua vigilância os tabeliães João de Santarém, Bartolomeu Eanes e Vicente Esteves e Martim Gil, executor das dívidas do rei, o que é testemunhado por um escol de personalidades lisboetas, lideradas pelo juiz da alfândega.

Nesse mesmo dia, depois do almoço, Pedro Afonso, acompanhado por João Rótulo e João Eanes, pelo almoxarife Gil Esteves, pelos contadores João Simões e Afonso Martins, pelos notários da alfândega Pedro Martins e Martim Couceira e por outros oficiais régios, regressa de novo ao paço, onde é esperado por João de Soure, Álvaro Pais e Rodrigo Eanes, que aí se apresentam na condição de clérigos e oficiais do bispo. Sem demora, a comitiva dá início à abertura das dependências episcopais e à inventariação e pesagem do ouro e da prata que aí se arrecadavam em sacos de linho, a saber: 1925 dobras de Castela, 98 reais, 430 florins, 3038 escudos antigos e cerca de 4685 dobras mouriscas velhas e novas que, a par de outras moedas de ouro e prata, perfaziam um total de 11071 peças de ouro e cerca de 252 marcos de prata. A este valioso cabedal, João de Soure e os outros clérigos do bispo acrescentam ainda uma baixela de prata composta por 137 peças, algumas

---

<sup>4</sup> João de Soure permanecerá nas fileiras do oficialato eclesiástico lisboeta no período subsequente à morte do bispo D. Lourenço. Em 1368, é identificado enquanto raçoeiro da igreja de Santo Estêvão de Lisboa e homem de João Afonso, vigário-geral do bispo D. Pedro Gomes. Em 1369, é procurador da colegiada de Santa Maria do Castelo. Em 1370, surge como vigário-geral do bispo D. Fernando Álvares. Pouco depois, entre 1369-1372, na qualidade de prior da igreja de Santiago de Lisboa, exerce as funções de procurador e vigário de D. Guilherme de la Jugée, deão de Lisboa, e em 1372-1374 é vigário do bispo de Lisboa D. Agapito Colona. Como prior de Santiago e raçoeiro de Santo Estêvão ainda há notícias suas em 1382. Cf. FARELO, Mário Sérgio – *O cabido da Sé de Lisboa e os seus cónegos (1277-1377)*, vol. 2. Lisboa, 2004, p. 70, 73, 113, 260, 386, 444, 488-489 (Dissertação de Mestrado Policopiada).

<sup>5</sup> Fl. 113.

delas decoradas com figuras de leão e dentes de escorpião, e vários outros objectos de uso doméstico feitos do mesmo metal que tinham em seu poder e que descrevem com invulgar detalhe, avaliando o total da prata encontrada em cerca de 524 marcos e 7 onças <sup>6</sup>.

Completo o registo e pesagem do ouro e da prata, ocupam-se do rol das jóias e dos artefactos preciosos que ornamentavam o dia-a-dia do bispo de Lisboa, e que a seu tempo são entregues ao almoxarife Gil Esteves. Entre eles contam-se dois escorpiões <sup>7</sup> e catorze anéis, três dos quais de prata e onze de ouro, sendo um decorado com pedra cornalina com a figura de um galo, outro de jaspe em forma de camafeu, além de haver ainda outros enfeitados com calcedónias, topázios e safiras <sup>8</sup>.

O afã da inventariação dos pertences de D. Lourenço finaliza com a entrega a Pedro Afonso de uma caixa de livros e com o inquérito a Gil Peres, reitor da igreja de Santa Maria de Triana, na sua condição de procurador das rendas episcopais em Alenquer e na Azambuja, sobre o ouro, prata ou dinheiro que tinha à sua guarda <sup>9</sup>.

No entanto, o rei não reclamara só na sede do bispado o que fora do bispo. À semelhança do que ordenara em Lisboa, D. Pedro determinou que os bens da câmara episcopal de Santarém fossem também arrolados e recolhidos pelos seus oficiais. Em resultado do cumprimento dessa disposição, calcularam-se 93 libras, 6 soldos e 8 dinheiros das dízimas da igreja da Alcáçova de Santarém referentes ao último ano do episcopado, pesaram-se cerca de 7 moios e 44 alqueires de trigo,

---

<sup>6</sup> Fls. 114-115. De acordo com o actual sistema decimal, a prata arrolada corresponde a 120,73kg, fazendo o marco a 0,230kg e a onça a 0,030kg (Cf. MARQUES, A. H. de Oliveira – Pesos e Medidas. In *DICIONÁRIO de História de Portugal*, dir. Joel Serrão, vol. 5. Porto: Liv. Figueirinhas, 1990, p. 67-72; LOPES, Luís Seabra – Sistemas legais de medidas de peso e capacidade do Condado Portucalense ao século XVI. *Portugalia*. 24 (2003), 113-164). A título de comparação, repare-se que este montante é doze vezes superior aos 10kg de prata arrolada no espólio do prelado portuense D. Afonso Pires, falecido em 1372 (Cf. SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa – O processo de inquirição do espólio, p. 210, nota 42).

<sup>7</sup> Um deles estivera encastado numa caixa (fl. 115). O bispo do Porto, D. Afonso Pires, também possuía dentes de escorpião encastados em prata; cf. SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa – O processo de inquirição do espólio, p. 210.

<sup>8</sup> A par do seu valor material, eram também atribuídas às pedras preciosas qualidades mágicas e terapêuticas. Por exemplo, à cornalina, uma variedade de calcedónia translúcida, vermelha ou amarela, a medicina antiga atribuía propriedades de estancar o sangue; cf. “Cornalina”, in *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. VII, p. 697-698. Por outro lado, a calcedónia, sendo uma variedade de quartzo, era tal como este utilizada pela medicina medieval como anti-epiléptico, enquanto o topázio era aplicado em doenças oculares; cf. PENSO, Giuseppe – *La medicina medioevale*. Noceto: Edizioni Essebiemme, 2002, p. 399; e SIRAT, Colette – Les pierres précieuses et leurs prix au XV<sup>e</sup> siècle en Italie. *Annales E. S. C.* 5, sept.-oct. (1968) 1067-1085.

<sup>9</sup> Fl. 115v.

cevada e milho, e contaram-se 15 animais, entre mulas, rocins e asnos de propriedade de D. Lourenço <sup>10</sup>.

Ainda em resultado da actuação dos inventariadores régios são-nos, por fim, dadas a conhecer a diversidade e a riqueza das roupas de cama e de mesa do prelado, compostas por colchas, cabeçais, mantas, cobertores, destalhos (alguns deles de parede), toalhas, panos e tecidos de vários tipos e proveniências (Ypres, Valenciennes e Inglaterra), feitios e cores (roxa, verde, branca, índia). Igualmente enumerados e descritos com grande pormenor são os seus trajes e acessórios, entre os quais se contam capas, mantos, cotofardias, pelotes, ceromes, garnachas, falifas, barretes e barveiros, além de peles brancas e negras de cordovão, de veado e de cão <sup>11</sup>. O esboço do cenário doméstico episcopal conclui-se com a relação de mobiliário, objectos e utensilagem para as mais diversas funções, como se depreende da referência a uma cadeira e a uma estante de ferro com couro picado ou ainda a lanternas e candelabros, a que se juntam dois leitos, godemecis, tábuas para mesa, um escano e bancais, canivetes, cutelos e facas com cabos em prata, âmbar, jaspe e coral, para além de cadeias para cães e selas de montar, entre tantas outras peças e utensílios <sup>12</sup>. Do elenco dos pertences mais valiosos do bispo de Lisboa merece especial destaque a sua numerosa biblioteca, que os inventariadores avaliam em 47 volumes, a maior parte dos quais dedicados a obras de Direito Civil e Canónico ou de carácter litúrgico, não deixando ainda de ser anotado que uma das Decretais glosadas tinha sido recebida em penhor por D. Lourenço e que

---

<sup>10</sup> Fls. 116-166v.

<sup>11</sup> Entenda-se cordovão por pele de cabra curtida. Cf. “Cordovão”, in *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. VII, p. 678.

<sup>12</sup> Fls. 116v-119v e 121-123. A riqueza e a variedade que se registam no inventário de D. Lourenço Rodrigues foram também encontradas no inventário do seu antecessor D. Teobaldo de Castillon, estudado por RENOARD, Yves – Un français du Sud-Ouest évêque de Lisbonne au XIV<sup>ème</sup> siècle: Thibaud de Castillon (1348-1356): sa fortune, ses placements et ses relations avec les hommes d'affaires de son temps. *Bulletin des Études Portugaises et de l'Institut Français en Portugal*. 13 (1949) 29-51. Ainda a título de comparação, atente-se ao conteúdo de outros inventários de prelados e clérigos entretanto publicados por SANTOS, Ana Paula; SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa – O património da Sé de Viseu segundo um inventário de 1331. *Revista Portuguesa de História*. 32 (1997-1998) 116-133; SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa – O processo de inquirição do espólio, p. 197-228; MORUJÃO, Maria do Rosário; SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa – O chantre de Viseu e cónego de Coimbra Lourenço Esteves de Formoselha (...1279-1318): uma abordagem prosopográfica. *Lusitania Sacra*. 13-14 (2001-2002) 75-137; GOMES, Saul – Três bibliotecas particulares na Coimbra de Trezentos: em torno das elites e das culturas urbanas medievais. *Revista de História das Ideias*. 24 (2003) 37-42; assim como à bibliografia citada por estes Autores, de grande utilidade para a identificação do vestuário, acessórios, roupas de cama e de mesa, mobiliário e utensilagem doméstica medieval.

o livro em papel dito “das Visitações” havia sido propriedade de D. Vasco Martins, bispo de Lisboa falecido em 1344 <sup>13</sup>.

Findo o assento dos bens reclamados pelo rei, o processo do espólio do prelado defunto prossegue com a avaliação dos rendimentos episcopais reservados pelo papa Urbano V. Desta feita por iniciativa do comissário apostólico e tesoureiro de Lisboa Vasco Domingues e do colector e subcolector apostólicos, respectivamente o chantre Guilherme Piloto e o cónego Estêvão Martins <sup>14</sup>, é efectuado, entre 1364 e 1365, um longo e exaustivo levantamento de todos os réditos provenientes dos direitos eclesiásticos e patrimoniais que o bispo tinha ainda a receber na diocese, os quais deveriam ser arrecadados e canalizados para os cofres do papado <sup>15</sup>. Recorrem para esse efeito ao clérigo João de Soure, ao prior de Vila

---

<sup>13</sup> Fls. 119v-120v. Este elenco dos livros de D. Lourenço Rodrigues foi já editado por WILLIMAN, Daniel – *Bibliothèques ecclésiastiques au temps de la papauté d'Avignon*, Paris: CNRS, 1980, p. 219-221. Outras bibliotecas particulares portuguesas do período medieval têm vindo a ser identificadas e analisadas, não só a partir da documentação da Câmara Apostólica (de que são exemplo os trabalhos já citados de WILLIMAN e de SARAIVA); mas também da existente nos fundos nacionais. Cf. PEREIRA, Isaías da Rosa – Livros de Direito na Idade Média. *Lusitania Sacra*. 7-8 (1964-1966) 7-96; IDEM – Dos livros e dos seus nomes: bibliotecas litúrgicas medievais. *Arquivo de Bibliografia Portuguesa*, 63-70 (1971-1973) 97-167; MARQUES, José – Livrarias de Mão no Portugal Medieval. *Bracara Augusta*, Braga, 113 (1997) 269-282; CARVALHO, Elisa – *A morte do alto clero bracarense, sécs. XII a XV*. Braga: Univ. Minho, 1999, p. 132-133 (Dissertação de Mestrado Policopiada); MORUJÃO, Maria do Rosário; SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa – O chantre de Viseu e cónego de Coimbra; e GOMES, Saul – Três bibliotecas particulares na Coimbra de Trezentos, p. 9-49. Em consentâneo com esta linha de abordagem e ainda no âmbito da clerezia secular portuguesa, outros estudos têm-nos dado a conhecer as bibliotecas das catedrais, mormente de Braga, Coimbra e Viseu. Cf. COSTA, Avelino de Jesus da – *A biblioteca e o tesouro da Sé de Braga nos séculos XV a XVIII*. Braga: Rev. Theologica, 1984; IDEM – *A biblioteca e o tesouro da Sé de Coimbra nos séculos XI a XVI*. Coimbra: [s.n.], 1983; SANTOS, Ana Paula; SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa – O património da Sé de Viseu; e GOMES, Saul – Livros e alfaia litúrgica do tesouro da Sé de Viseu em 1188. *Humanitas*. 54 (2002) 269-281.

<sup>14</sup> Estes três clérigos exerceram funções ao serviço da Cúria Apostólica na diocese de Lisboa, ao longo do segundo e terceiro quartéis do século XIV. O tesoureiro Vasco Domingues é identificado na condição de escrivão da *Camera Apostolica* e de executor do provimento de benefícios, a partir de 1353 até 1379; por sua vez, o chantre Guilherme Piloto actua como colector apostólico entre 1349 e 1368; praticamente a par do cónego Estêvão Martins que exerce funções quer de subcolector quer também de colector apostólico, a partir de 1348. Cf. FARELO, Mário – *O cabido da Sé de Lisboa*, vol. 2, p. 74, 139-144, 183.

<sup>15</sup> A propósito dos rendimentos eclesiásticos e em particular dos direitos cobrados pelos prelados nas respectivas dioceses, entre os quais se destaca a “terça pontifical”, cf. ALMEIDA, Fortunato de – *História da Igreja em Portugal*, vol. I. Porto: Liv. Civilização,

Verde Gonçalo Lourenço e ao prior de Triana Gil Peres, respectivamente procuradores e recebedores do bispo nos arcediagados de Lisboa e de Santarém e em Alenquer e Azambuja.

Da inúmera informação que resultou do trabalho empreendido em conjunto com estes recebedores <sup>16</sup>, os funcionários apostólicos não só nos dão a conhecer a natureza dos direitos e dos bens episcopais, mas também a forma como eram geridos durante o governo de D. Lourenço, na sua esmagadora maioria através da arrematação a rendeiros em troca de uma quantia fixa. Este sistema corresponde ao normalmente praticado pela generalidade das instituições religiosas, visando, por um lado, agilizar o processo de percepção e arrecadação das rendas e, por outro, garantir o embolso de um rendimento certo <sup>17</sup>.

Mas para os propósitos financeiros dos colectores, tão ou mais importante do que saber a origem dos ingressos era saber quem os devia e quanto devia, havendo por isso sido anotado com extraordinário rigor a identidade e o estatuto social dos titulares dos contratos, assim como a renda, geralmente em numerário, que cabia ao bispo receber e, no contexto em questão, à *Camera Apostolica* recolher.

Constituem estes rendimentos episcopais os direitos sobre vários templos da diocese, com particular incidência para as igrejas da cidade e do termo de Lisboa <sup>18</sup>, da Azambuja, Alenquer <sup>19</sup> e Almoester <sup>20</sup>, das vilas e dos termos de Santarém <sup>21</sup> e Torres Novas <sup>22</sup>, como também das câmaras episcopais de Alhandra, Santo Antão

---

1967, p. 116-120; e COELHO, Maria Helena da Cruz – Património Eclesiástico. In *DICIONÁRIO de História Religiosa*, vol. 3. Lisboa: Círculo de Leitores, 2001, p. 401-404.

<sup>16</sup> Registada das folhas 124 à 130 e 142 à 153v.

<sup>17</sup> O exemplo de um estudo bastante desenvolvido sobre a problemática da gestão dos rendimentos eclesiásticos num determinado território e a prática da arrematação desses mesmos direitos como mecanismo de gestão é-nos apresentado por COELHO, Maria Helena da Cruz – *O Baixo Mondego nos finais da Idade Média*, vol. I. Lisboa: INCM, 1989, p. 373-398, em particular as p. 385 e seguintes; e por GONÇALVES, Iria – *O património do mosteiro de Alcobaça nos séculos XIV e XV*. Lisboa: FCSH-UNL, 1989, p. 166-168 e 301-310.

<sup>18</sup> Nomeadamente as igrejas de Santa Cruz do Castelo, S. Tomé, S. Salvador, Santo Estêvão e S. Miguel de Lisboa, assim como as igrejas de Sacavém, Santa Iria da Azóia, Unhos, Lumiar, S. Julião de Frielas, Loures, Carnide, Tojal, S. Pedro de Sintra, Almada, Vila Verde e Azambuja, entre outras (fls. 124 a 128).

<sup>19</sup> Entre estas também as de Aldeia Galega e Ventosa (fl. 142v).

<sup>20</sup> Fls. 144, 146 e 148. Para além das igrejas acima enumeradas ainda se assinalam, por exemplo, as igrejas da Golegã, S. Pedro de Salvaterra, Santa Maria, S. Pedro e S. João de Porto de Mós, Aljubarrota, Aveiras e Cartaxo (fls. 145-146 e 147).

<sup>21</sup> Por exemplo, S. Salvador, S. Julião, S. Nicolau, S. Mateus, S. Martinho, Santo Estêvão, S. Lourenço e Santa Cruz de Santarém, Santa Maria de Marvila, S. Pedro da Arrifana, Almonda e Atalaia (fls. 144v-145, 146, 147, 148).

<sup>22</sup> Fls. 144 e 145.



do Tojal e Enxara <sup>23</sup>. Dão também corpo a este levantamento o cadastro das igrejas onde D. Lourenço tinha arrendada a terça pontifical <sup>24</sup> e a avaliação dos dividendos que este deveria auferir pelo exercício de outras prerrogativas jurisdicionais e patrimoniais, como sejam os emolumentos resultantes do licenciamento de sepultura *intra ecclesia* <sup>25</sup> ou as rendas de prédios urbanos e rústicos. Este último ponto dá-nos ainda a conhecer a administração e a geografia do património imóvel do episcopado, assentes grosso modo no emprazamento de casas e adegas em Lisboa <sup>26</sup> e no arrendamento de casas em Alcabideche, de quintas e olivais na Charneca, em Marvila e na Golegã, de casais e herdades em Porto de Mós, e de pomares na Almargem <sup>27</sup>.

Retomando o já que atrás havíamos referido, outro ponto de investigação não menos importante que nos oferece esta minuciosa fonte contabilística prende-se com a rede social associada à administração económica do episcopado. Com efeito, a partir da interpelação feita pelos recebedores e responsáveis apostólicos aos titulares dos contratos, percebe-se que a exploração dos direitos e dos imóveis eclesíásticos se encontrava sobretudo nas mãos de homens ligados a actividades de prestígio nos dois mais dinâmicos pólos urbanos da diocese, isto é, Lisboa e Santarém.

Desse modo, e atendendo ao conjunto dos arrendatários identificados, não causa surpresa a referência a mercadores de Santarém e Alcanede <sup>28</sup> e a um ourives de prata de Lisboa <sup>29</sup>, cuja disponibilidade financeira para arrematar a cobrança de direitos eclesíásticos ou régios ou até mesmo para conceder empréstimos era sobejamente conhecida <sup>30</sup>. Mas já é motivo de particular atenção o excepcional

---

<sup>23</sup> Fls. 126 e 127. Enxara é hoje conhecida como Enxara do Bispo (fr., c. Mafra).

<sup>24</sup> Entre outras, as igrejas de Pederneira, Cós, Maiorga, Aljubarrota, Cella Nova, Évora de Alcobaça, Turquel, Santa Catarina de Póvoa, Alpedriz, Pontével, Almoester, S. Lourenço e S. Julião e S. Martinho de Santarém, S. Paulo de Salvaterra, Atalaia e Ourém (fls. 147v-148).

<sup>25</sup> Fl. 131. São recebidas pelos colectores dez libras do mercador de Lisboa Gonçalo Afonso, pela sepultura do seu irmão Gil Afonso, e outras dez libras de Bartolomeu Vicente, porcionário de Santa Marinha do Outeiro, pela eleição da sepultura nessa mesma igreja. Foram igualmente inquiridos, mas sem liquidarem a dívida individual de um marco de prata e sem mencionarem a igreja em causa, os testamenteiros de João Alho e de Vicente Peres Sardinha, bem como Gomes Lourenço de Carnide e o cidadão de Lisboa Lourenço Martins, pela sepultura do seu irmão e sua mulher, respectivamente.

<sup>26</sup> Fls. 128-128v e 129v.

<sup>27</sup> Fls. 128v-130 e 147v-148.

<sup>28</sup> João Vicente, mercador de Santarém, e João Afonso, mercador de Alcanede, tinham arrendado, respectivamente, os direitos episcopais das igrejas de Torres Novas por 325 libras e de Alcanede por 280 libras (fls. 144 e 146v).

<sup>29</sup> João Fernandes, *argentarius*, tinha arrendado os direitos episcopais da igreja de Carnide por 140 libras (fl. 125v).

<sup>30</sup> Sobre a actividade dos mercadores e a forma como consubstanciavam as elites das sociedades urbanas, no político, económico e social, cf. COELHO, Maria Helena da Cruz



dinamismo com que os homens da escrita, de que são exemplo alguns tabeliães de Lisboa <sup>31</sup>, de Alenquer <sup>32</sup>, Santarém <sup>33</sup>, Porto de Mós <sup>34</sup>, Alpedriz <sup>35</sup> e de Cós <sup>36</sup>, ou mesmo alguns escrivães do rei <sup>37</sup>, partilhavam com os homens da Igreja, entre eles clérigos, vigários, priores ou raçoeiros <sup>38</sup>, a arrematação dos rendimentos episcopais <sup>39</sup>, os quais, no caso deste último grupo de religiosos, correspondiam aos direitos eclesiásticos das igrejas e colegiadas a que estavam afectos.

---

– Homens e Negócios. In *Ócio e negócio em tempos medievais*. Coimbra: INATEL, 1998, p. 127 e seguintes.

<sup>31</sup> Os tabeliães lisboetas Estêvão Vicente e Gonçalo Eanes traziam arrendados os direitos das igrejas de S. Salvador (por 53 libras, 6 soldos e 8 dinheiros) e de Santo Estêvão de Lisboa (por 230 libras); por sua vez os tabeliães João Vasques e João Esteves traziam arrendados em conjunto os direitos da câmara episcopal de Alhandra e da igreja de Arruda, por 200 e 500 libras, respectivamente (fls. 124-124v, 126v e 127v).

<sup>32</sup> Mem Afonso, tabelião de Alenquer, era arrendatário dos direitos das igrejas de Ventosa, Aldeia Galega e Aldeia Gavinha, calculando-se o total da renda de dois anos em 769 libras (fl. 142v).

<sup>33</sup> O tabelião de Santarém Domingos Eanes e o executor das dívidas do rei Gonçalo Esteves traziam arrendada a igreja da Golegã, por 138 libras (fl.145v).

<sup>34</sup> Os tabeliães Afonso Esteves e Vicente Esteves eram arrendatários das igrejas de Porto de Mós, assim como de algumas herdades e casais também nessa vila, por 368 libras e 70 libras, respectivamente (fls. 145v e 147v).

<sup>35</sup> O tabelião Afonso Peres trazia o arrendamento da terça pontifical da igreja de Alpedriz, por 38 libras (fl.147v).

<sup>36</sup> O tabelião Afonso Martins trazia o arrendamento da terça pontifical da igreja de Cós, por 35 libras (fl.147v).

<sup>37</sup> Referimo-nos a João de Santarém e Estêvão Vicente, arrendatários das minúcias episcopais da igreja da Azambuja, por 80 libras (fl. 142v).

<sup>38</sup> Por exemplo: João Eanes, prior de Unhos; Domingos Abril, clérigo do Lumiar; Domingos Fernandes, vigário de Loures; Martim Salvadores, clérigo de Almada; Martim Domingues, raçoeiro de S. Salvador de Santarém; Afonso Martins, raçoeiro de Santo Estêvão de Santarém; Afonso Bernardes, raçoeiro de Santa Maria de Marvila; Gonçalo Eanes, reitor de S. Pedro da Arrifana; João Eanes, prior de S. Pedro do Alfánxe de Santarém; Afonso Pais, prior de Tremes; João Peres, prior de Santa Maria de Porto de Mós; Afonso Martins, prior de S. João de Porto de Mós; e João Afonso, vigário da Pederneira (fls. 125, 125v, 128 e 144v-148). Os raçoeiros de S. Nicolau de Santarém João André e João Vasques eram, por seu turno, fiadores do arrendatário dessa mesma igreja (fl. 144v).

<sup>39</sup> Um exemplo bem documentado no que diz respeito à inserção do tabelionado no mercado da propriedade e na esfera das operações financeiras foi analisado por COELHO, Maria Helena da Cruz – Os tabeliães em Portugal, perfil profissional e sócio-económico. In *Estudos de Diplomática Portuguesa*. Lisboa: Edições Colibri, 2001, p. 105 a 109. Uma outra reflexão, embora que sumária, sobre o enquadramento social e estatutário dos tabeliães e a forma como estes agentes da escrita integravam, pelo menos para o século XIII, o quadro das nossas elites urbanas deve-se a NOGUEIRA, Bernardo de Sá – Tabelionado e elites urbanas no Portugal ducentista (1212-1279). In *Elites e redes clientelares na Idade Média: problemas metodológicos*. Lisboa: Edições Colibri, 2001, p. 211-220.

Não obstante a predominância destes grupos, o espectro social tende ainda a ampliar-se com a referência a outras categorias ou elos de dependência, isto é, a indivíduos que de algum modo se relacionam com a rede clientelar e funcional do prelado e com a estrutura burocrática régia <sup>40</sup>, mas também a elementos ligados a ofícios mecânicos, de que são exemplo dois pedreiros de Santarém, arrendatários dos direitos da igreja de S. Lourenço dessa mesma vila <sup>41</sup>.

Uma outra questão que os colectores e recebedores trataram de clarificar, uma vez que o rigor exigido pela *Camera Apostolica* a isso os obrigava, diz respeito à resistência ou mesmo à recusa com que frequentemente os rendeiros os confrontaram, quando inquiridos sobre as rendas em dívida. Os diferendos daí resultantes permitem-nos, consequentemente, aprofundar ainda mais a leitura dos negócios do episcopado e da *entourage* que neles estava envolvida, ao mesmo tempo que põem em evidência os métodos de coacção utilizados pelos funcionários apostólicos. Variando consoante o caso e as alegações apresentadas pelos credores, foi usual as partes ajustarem entre si formas de pagamento a prazo ou inclusive estabelecerem outros acordos pontuais, como aquele que levou Pedro Esteves, rendeiro dos direitos episcopais de Carnide (fr., c. Lisboa), a assumir o pagamento ao boticário Mestre Pero, pelo trabalho que este tivera na preparação de mezinhas, xaropes e clisteres ministrados ao bispo durante o período em que esteve em agonia <sup>42</sup>. No entanto, não raras foram também as ocasiões em que a impossibilidade de acordo por intransigência das partes ou oportuno desaparecimento do devedor abria caminho à aplicação pelos funcionários apostólicos da sanção mais radical, a excomunhão <sup>43</sup>.

Vejamos com mais atenção os contornos dalguns desses litígios e como os argumentos expostos pelos credores tinham essencialmente a ver com os serviços por pagar que haviam prestado ao bispo ou com benfeitorias realizadas nas suas propriedades. Por exemplo, Gonçalo Eanes, tabelião de Lisboa e familiar de D. Lourenço Rodrigues, que dele trazia arrendados os direitos episcopais da igreja de Santo Estêvão de Lisboa, sustentou a sua recusa em liquidar a renda na dívida relativa aos oito anos em que estivera ao serviço do prelado e do cardeal de Santa Sabina, não só em Portugal mas também em Itália e em Avinhão <sup>44</sup>, sem nunca ter

---

<sup>40</sup> Atente-se nos casos de João Leal, caseiro do paço episcopal de Santarém, e Gonçalo Esteves, executor das dívidas do rei também em Santarém, arrendatários, respectivamente, dos direitos de S. Mateus de Santarém e da igreja da Golegã (fls. 144v e 145v).

<sup>41</sup> Referimo-nos aos pedreiros Afonso Eanes e João Martins (fl. 146v).

<sup>42</sup> Das 45 libras, 13 soldos e 4 dinheiros que Pedro Esteves devia da renda da igreja de Carnide, ficou então encarregado de dar ao boticário 15 libras, entregando aos colectores o restante (fl. 125v).

<sup>43</sup> Cf. os casos de Tomé Miguéis, devedor de 274 libras da renda da quinta da Charneca, e de Rodrigo Esteves, ouvidor e conselheiro do rei, credor em 120 libras da renda de uns casais (fls. 124v e 130).

<sup>44</sup> O cardeal em questão deve ser D. Gil de Albornoz, figura de grande destaque na

recebido qualquer recompensa. Este foi um dos casos em que o indeferimento da alegação resultou na excomunhão do faltoso <sup>45</sup>. No mesmo plano, embora ao que parece com melhor sorte, colocou-se João Leal, porteiro do paço episcopal de Santarém, ao justificar o não pagamento da renda da igreja de S. Mateus de Santarém com o trabalho que ele e a sua mulher tiveram na guarda e manutenção desse mesmo paço no tempo de D. Lourenço <sup>46</sup>. Já o prior da igreja de Unhos (fr., c. Loures) acordou saldar apenas parte da renda dos direitos da sua igreja, como forma de compensação pelas reparações que o bispo lhe mandara fazer num seu celeiro anexo à igreja e que ameaçava ruína <sup>47</sup>.

Na verdade, os préstimos dispensados ao prelado e à sua comitiva ou o investimento efectuado pelos rendeiros nos domínios do episcopado acabaram por ser os argumentos mais comuns, talvez por também serem aqueles a que os colectores estariam mais sensíveis. Assim, Gonçalo Vasques, rendeiro da câmara episcopal de Santo Antão do Tojal (fr., c. Loures), entregou, através dos seus fiadores, apenas mil das 2088 libras e 8 soldos reclamados pelos colectores, por durante os quatro anos do arrendamento ter dispendido dinheiro, carne, peixe, pão cozido e outras necessidades no mantimento do prelado e dos seus familiares quando aí se instalavam, além de ter feito despesas na reparação das casas, fornos, lagares e nas marinhas de sal da câmara a que, de acordo com o contratado, cabia ao bispo e não ao arrendatário prover <sup>48</sup>. Uma outra rendeira da câmara do Tojal apresenta as mesmas justificações para idênticas despesas <sup>49</sup>, tal como o prior da Golegã, *Guido Insardi*, arrendatário da quinta de Casével (c. Santarém), que justifica a sua escusa por ter cumprido as ordens do bispo ao aplicar a renda na reparação das casas e do lagar da quinta <sup>50</sup>. Não menos curioso é o argumento da mulher de Afonso Peres, rendeiro da câmara episcopal de Enxara (fr., c. Mafra), que, das 340 libras, 4 soldos e 4 dinheiros devidos, apenas entrega aos colectores 300 libras, reclamando o restante como compensação pela invasão da câmara e do couto episcopal pelas gentes do castelo de Torres Vedras, a seu ver por culpa de D. Lourenço, tendo o rendeiro assumido, em lugar do prelado, a responsabilidade de defesa do couto <sup>51</sup>.

---

Cúria Apostólica e detentor, entre outros benefícios, do arcediagado de Lisboa. Foi indigitado legado apostólico em Itália, entre 1353-1357 e 1358-1364, no âmbito das negociações para o restabelecimento da autoridade pontifícia. Cf. FARELO, Mário – *O cabido da Sé de Lisboa*, vol. 2, p. 51-52.

<sup>45</sup> Naturalmente, o tabelião Gonçalo Eanes tentou em vão aproveitar as circunstâncias do momento para se fazer pagar ou escapar à liquidação da renda, calculada em 230 libras (fl. 124v).

<sup>46</sup> O montante em dívida orçava apenas em 26 libras (fl. 144v).

<sup>47</sup> Estava em causa o desconto de 30 libras e 11 soldos (fl. 125).

<sup>48</sup> Fls. 126v-127.

<sup>49</sup> Das 665 libras das rendas, são-lhe descontadas 103 por si gastas em reparações (fl. 127).

<sup>50</sup> Renda de 53 libras, 6 soldos e 8 dinheiros (fl. 148).

<sup>51</sup> Fl. 127.

A esta extensa lista de rendimentos arrecadados ou por arrecadar, os colectores acrescentaram ainda o registo da receita da venda de cereais, animais de transporte, objectos, mobiliário, vestuário e tecidos do espólio do prelado, que oportunamente haviam recebido de diversas pessoas e depois decidido alienar <sup>52</sup>. Desses bens negociados, as referências a umas tábuas de altar portátil com a figuração da Virgem, de S. Francisco e de S. Luís <sup>53</sup>, e a um *scriptorium* com uma prancheta decorada a osso branco e preto e um estojo para guardar penas e outros instrumentos de escrita <sup>54</sup>, além de pouco frequentes na documentação coeva, são de grande significado para o apuramento do quotidiano doméstico e do perfil religioso e cultural de D. Lourenço Rodrigues. Nesse mesmo plano coloca-se também um conjunto de três bancais com a representação policromática dos meses do ano e dos respectivos trabalhos agrícolas, adquirido pelo cabido de Lisboa para ornamentação da catedral, com um destalho formado por três panos também ricamente decorados <sup>55</sup>. Igualmente destacados pelo seu valor material ou originalidade funcional foram ainda quatro escudelas de prata <sup>56</sup>, uma sela de mula forrada de pano claro com flores de seda e freio com aplicações de prata onde estavam gravadas as armas do prelado <sup>57</sup>, um *matalacium* de penas <sup>58</sup> e um ferramental completo <sup>59</sup>. No entanto,

---

<sup>52</sup> Fls. 132-137v. Refira-se, por exemplo, o caso de João Rol, cidadão de Lisboa e testamenteiro de D. Lourenço, que restitui aos colectores peças de pano e animais (duas mulas e um rocam). Também se registam exemplos de depositários que entregam não os bens em si, mas já o dinheiro obtido com a sua venda, como sucede com o coveiro João Sapateiro, que do trigo e da cevada que ele e João Eanes, clérigo de Sinta, tinham vendido dá aos colectores 170 libras; com Pedro Domingues, construtor da estrada (*fabro de strata*) de Santo Antão do Tojal, que pelo cereal que tinha do bispo entrega 23 libras; e com o criado do bispo e cónego da Guarda Rodrigo Eanes, que, como recebedor da chancelaria episcopal, se compromete a entregar 200 libras e dois marcos de prata em dois anos, conforme fica estabelecido em *publicum instrumentum* (fls. 133-134).

<sup>53</sup> Apesar de avaliadas em três libras, foram vendidas por 40 soldos a Bertrando de *Mansselo*, colector apostólico (fl. 134v).

<sup>54</sup> Foi tudo vendido por 3 libras (fl. 134v). Sobre o *scriptorium* e a prancheta como peças de mobiliário associadas ao acto de escrever, cf. SANTOS, Maria José Azevedo – *Da Visigótica à Carolina: a escrita em Portugal de 882 a 1172: aspectos técnicos e culturais*. Lisboa: FCG-JNICT, 1994, p. 39-43.

<sup>55</sup> Este conjunto de bancais, entregue aos colectores pelo sobrinho do bispo Martim Afonso Valente, e o destalho foram vendidos ao cabido de Lisboa por 120 libras (fls. 132 e 134v). Neste contexto entenda-se “bancal” e “destalho” por panos com que se cobriam bancos ou assentos; cf. SANTOS, Ana Paula; SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa – O património da Sé de Viseu, p. 122.

<sup>56</sup> Entregues aos colectores pela padeira Maria Garcia, que as tinha do bispo em penhor por 100 libras, as quais, uma vez vendidas, renderam 94 libras e 10 soldos (fl. 133v).

<sup>57</sup> Entregues pelo almoxarife Gil Esteves, como não tiveram comprador foram dadas aos serviços do bispo D. Lourenço, como remuneração pelo trabalho prestado ao longo de sete anos (fl. 133v).

nem todos os pertences recolhidos do espólio do bispo de Lisboa foram vendidos pelos colectores, que optaram por reservar alguns a fim de serem expedidos para Avinhão. Referimo-nos, por exemplo, a um volume de Decretais com Livro Sexto glosado <sup>60</sup>, a uma caixa de fechadura ferrada com leões e com as armas do bispo, a uma outra sela de mula, coberta de escarlata morada decorada com flores de seda, e a um freio de aplicações de prata também com as armas episcopais <sup>61</sup>. Por outras palavras, parece terem acautelado as peças cujas características e qualidade lhes pareceram corresponder aos exigentes requisitos da biblioteca e do tesouro papal.

Terminada a morosa tarefa de identificação e recolha dos réditos e dos pertences reservados pelo papa, os delegados apostólicos procederam ao encerramento das contas e à redacção da parte final do processo de reclamação do espólio de D. Lourenço Rodrigues, destinado a certificar e a acompanhar o cabedal a ser enviado para a *Camera Apostolica* <sup>62</sup>. Deduzidos os seus honorários e os dos seus familiares e outras despesas decorrentes do trabalho efectuado, os colectores concluíram ter recolhido cerca de dezanove mil e quinhentas libras, ficando ainda haver cerca de catorze mil libras cuja insolvência, como vimos, foi caso a caso cuidadosamente fundamentada. Feito o câmbio da moeda portuguesa, a 3 libras e 5 soldos o florim de Florença, foram por fim encaminhados para o tesouro da Cúria Pontifícia de Avinhão cerca de seis mil florins de ouro de Florença.

## 2. O Livro de despesas da Casa do bispo de Lisboa

No decurso do exame que os colectores apostólicos realizaram às contas do episcopado, confirmando uma prática habitual nos processos de reclamação de espólio, ter-lhes-ão sido entregues os registos das despesas da Casa de D. Lourenço Rodrigues <sup>63</sup>, os quais felizmente foram anexos ao seu processo, consubstanciando o único livro de despesas diárias de uma Casa episcopal portuguesa que a Idade Média nos deixou <sup>64</sup>.

---

<sup>58</sup> Entregue por Martim de Cerceira, carcereiro de Lisboa, e vendido por 20 libras. É ainda indicado sem outros detalhes que este *matalacium* servira para João de Soure, Álvaro Pais e Rodrigo Eanes, clérigos familiares e oficiais do bispo, dormirem quando estiveram presos (fl. 133v).

<sup>59</sup> Composto por cutelo, martelo, turquês e ferros para ferrar animais e diversas trancas também de ferro (fl. 136). Veja-se um outro exemplo de ferramental completo encontrado no espólio de um clérigo em MORUJÃO, Maria do Rosário; SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa – O chantre de Viseu e cónego de Coimbra, p. 92.

<sup>60</sup> Fl. 132v.

<sup>61</sup> A caixa foi estimada em 6 libras (fl. 136).

<sup>62</sup> Fls. 149v-153v.

<sup>63</sup> Ocupam as folhas 182 a 257. Antecede este extenso registo, entre outros documentos, uma curta resenha da receita do vinho e do azeite dos cinco anos do governo de D. Lourenço (fls. 156-157v).

<sup>64</sup> Com um perfil algo semelhante ao do livro que agora apresentamos só existe notícia

A multiplicidade de elementos contabilísticos recolhidos neste livro, resultantes do escrupuloso trabalho de administração doméstica realizado pelo clérigo João de Soure ao longo dos cinco anos da governação de D. Lourenço, dão-nos a conhecer de uma forma ímpar as diferentes dimensões da vivência do paço episcopal lisboeta. E deste quotidiano o bispo só não participava directamente numa pequena parte, uma vez que as despesas diárias da compra e preparação dos alimentos apenas eram anotadas quando o prelado estava ausente do paço, por certo com a intenção de posteriormente delas se inteirar: do que fora comprado, da quantia desembolsada e de quem fora alimentado, incluindo os animais domésticos. Tudo o mais que dizia respeito à gestão da sua Casa, mesmo quando D. Lourenço se encontrava longe de Lisboa, na itinerância das visitas pela diocese, era previamente autorizado e controlado pelo prelado. Fossem os gastos com o seu próprio vestir e calçar ou o dos homens seus dependentes, fossem os custos com as iguarias cuja confecção ocasionalmente ordenava, com os remédios que mandava preparar ou os presentes que decidia oferecer. Em tudo houve o cuidado de anotar o nome do responsável pela execução e o custo da feitura. Também as despesas com os trabalhos de conservação e reconstrução que durante todo o episcopado se realizaram no paço de Lisboa e nas suas dependências anexas, nas quais se incluía a igreja de Santa Maria do Castelo, são-nos dadas a conhecer, assim como as características e a duração das empreitadas, os materiais utilizados, as técnicas e a mão-de-obra aplicadas.

Por conseguinte, tudo o que se adquiria e pagava era cuidadosamente registado. Inclusive os salários pagos aos homens e oficiais do bispo e o soldo dos trabalhadores contratados para a prestação de um qualquer serviço, do mais especializado ao mais comum. O sustento mensal do vigário e dos raçoeiros da colegiada do Castelo, que também competia ao bispo prover, é igualmente objecto de cuidadosa anotação, tal como as ofertas que pelo mês de Dezembro D. Lourenço mandava entregar ao cabido da catedral.

Mas não é somente a vivência urbana do paço de Lisboa que nos é revelada por João de Soure; a administração quotidiana dos domínios rurais do prelado obedecia aos mesmos preceitos de rigor de quem tinha como função fazer cumprir, calcular, pagar e registar. Seguindo esse critério, a pena deste clérigo apresenta-nos, de uma forma experiente e sistemática, a complexidade e a sazonalidade dos trabalhos agrícolas através do elenco dos custos anuais da colheita do cereal, da produção do azeite e da vindima. Incluiu-se nesse cômputo a preparação dos tonéis e das pipas, dos lagares e das mós, o soldo dos homens e das mulheres que colhiam e transportavam, assim como o trabalho do aprovisionamento do vinho, do azeite, do trigo e da cevada.

---

de um outro, que nos remete para a gestão capitular: *O Livro de despesas do prioste do cabido da Sé de Évora (1340-1341)*, publicado por Bernardo de Vasconcelos e Sousa, Fernando Vieira da Silva e Nuno Gonçalo Monteiro. Lisboa: Conselho Directivo da Faculdade de Letras, 1981.

Consideremos agora com algum pormenor algumas das linhas de trabalho que esta fonte nos oferece e que acabámos de sistematizar em traços muito gerais.

O registo das despesas principia com os gastos efectuados e autorizados pelo bispo, na colegiada de Santa Maria do Castelo, entre 1359 e 1360, em reparações e benfeitorias nas portas do lado do adro e do paço episcopal <sup>65</sup>, na compra de uma arca de nogueira para guardar as vestimentas do vigário e na encadernação de livros. Tudo se discrimina, desde o montante dispendido em peles, tábuas, cordas e pregos para a encadernação do livro dos aniversários e dos livros litúrgicos (dois Saltérios, um Domingal, um Oficial e um Missal), até ao soldo pago ao mestre encadernador <sup>66</sup>. Mais tarde, no ano de 1362, D. Lourenço planeava outras intervenções, contratando um mestre para fazer uma porta nova para o sino, mandando pintar as imagens, assim como o frontal do altar de Santa Helena e o frontal e sobrefrontal do altar-mor <sup>67</sup>. A responsabilidade do prelado em prover o cabido da colegiada foi, por sua vez, confirmada, entre 1359 e 1363, com pagamentos trimestrais e mensais ao vigário e raçoeiros, ressaltando-se que no último trimestre de 1362 o dinheiro apenas fora entregue a quem não se ausentara da colegiada por conta da peste <sup>68</sup>.

A relação dos gastos diários com a manutenção do paço abrange praticamente todo o episcopado de D. Lourenço, desde 1359 a 1364, embora, como já dissemos, compreenda apenas os períodos, geralmente prolongados, em que o bispo estava fora de Lisboa. Por essas listas de compras quotidianas é-nos possível reconstituir a dieta alimentar dos oficiais e homens que ficavam no paço, essencialmente composta, consoante a época e o calendário litúrgico, por pão, vários tipos de peixe e mariscos, carne de vaca e carneiro, hortaliças (berças e espinafres), fruta e frutos secos, açafrão, alhos, cebolas, vinagre e azeite, entre outros. Igualmente anotados eram a água e o vinho que acompanhavam as refeições do dia e da noite, tal como os nomes dos comensais e o número de animais domésticos, podengos e gatos, aos quais se devia dar de comer.

Porém, o dia-a-dia da casa não passava apenas pela alimentação; outras actividades domésticas são reportadas pela despesa que igualmente implicavam: cavar e semear as hortas do paço, alimentar e ferrar as cavalgaduras, costurar e lavar as roupas do bispo e transportá-las em barcas, comprar e reparar utensilagem e mobiliário doméstico, roupas de vestir, papel, candeeiros e candeias “pera studo”, pagar a um boticário chamado a acudir a um homem ferido, ou até a prosaica tarefa de limpeza do paço, realizada sempre na véspera do dia em que se anunciava a chegada de D. Lourenço.

---

<sup>65</sup> Nesse tempo anexo à igreja de Santa Cruz. Cf. CUNHA, Rodrigo da – *Historia Ecclesiástica da Igreja de Lisboa*.... Lisboa: por Manoel da Sylva, fl. 234v.

<sup>66</sup> Fl. 182v.

<sup>67</sup> Fl. 222.

<sup>68</sup> Fls. 182v-183, 204v, 221v-222 e 240v-241.



A partir do momento em que o bispo dava entrada no paço até de novo dele sair, João de Soure suspendia as suas anotações, por vezes por pouco mais de um dia, outras vezes por cerca de três meses <sup>69</sup>, o que leva a supor que durante a estância do prelado na capital algum outro oficial da sua comitiva se encarregaria de as executar em outro livro. Certo é este calendário das entradas e das saídas de Lisboa representar um importante indicador do itinerário de D. Lourenço, uma vez que João de Soure tivera sempre o cuidado em indicar, além do motivo das deslocações, os locais de proveniência e de destino do bispo. Isso mesmo aconteceu aquando da morte da rainha D. Beatriz, altura em que o prelado se transfere de Salvaterra de Magos até Lisboa, onde chega na noite de 25 para 26 de Outubro de 1359, para, depois de presidir na Sé à sepultura e ao “trintaíro” da rainha, de novo partir, a 25 de Novembro, com destino a Santarém <sup>70</sup>. Ou então, quando, em Domingo de Ramos, a 26 de Março de 1363, parte para Coimbra “por dona Ines des que foi trasladada”, donde regressa a Lisboa a 27 de Abril, ficando aí durante os seis meses seguintes, o que veio a constituir o período mais longo da sua presença continuada na sede da diocese <sup>71</sup>.

Mesmo quando afastado de Lisboa, geralmente instalado nas suas câmaras de Azóia, Alhandra, Santo Antão do Tojal, Enxara e Vila Verde, ou em Sintra, Santarém e Alenquer, D. Lourenço controlava e condicionava a gestão do paço episcopal, endereçando a João de Soure missivas por si próprio redigidas, pedindo-lhe a confecção de guloseimas como açúcar rosado <sup>72</sup>, a enviar com mantimentos (peixotas e ostras) e apetrechos para os locais onde estanciava, ou autorizando-o a efectuar em Lisboa pagamentos aos seus homens e a alguns oficiais. Entre estes contavam-se como mais importantes o escanção, o saquiteiro e o cevadeiro <sup>73</sup>, mas também outras pessoas de diferente estatuto e condição, como judeus, mesterais, tabeliães, raçoeiros, criados, um jogral ou até mesmo o próprio almirante de Portugal [Lançarote Pessanha] e um seu criado, quando foi anunciar ao bispo o nascimento do filho do almirante <sup>74</sup>.

Na falta de missiva do prelado, as compras de maior vulto não deixavam de ser efectuadas, e justificadas por João de Soure dizendo ter a autorização verbal

---

<sup>69</sup> Fls. 216v.

<sup>70</sup> Fl. 199.

<sup>71</sup> Fls. 252v e 253v. Sublinhamos outras duas distintas ocasiões que corroboram não só a intensa mobilidade de D. Lourenço, mas também as diferentes motivações que justificavam a sua viagem. Uma aconteceu em Dezembro de 1361, quando vai a Lisboa para “reconciliar” a igreja de Santa Cruz do Castelo que tinha sido “violada” por dois homens de nome João Eanes e João Fernandes; outra, em 1362, em que se dirige a Santarém para assistir às bodas da filha de Lopo Fernandes Pacheco (fls. 217 e 227v).

<sup>72</sup> Em duas ocasiões manda D. Lourenço que no paço fosse feito açúcar rosado, para o qual foram compradas rosas e açúcar “apurado” branco (fls. 224v e 248).

<sup>73</sup> Fls. 205v-206, 222v-223 e 241v-242v.

<sup>74</sup> Fls. 220, 223, 237-237v e 239v.

“per simplex palavra” do bispo. Regista-se deste modo a compra de vinte e cinco tonéis, para serem levados da ribeira de Lisboa até Santarém, com a indicação pormenorizada do custo do transporte <sup>75</sup>; anota-se o fabrico de freios e selas com o preço de todos os materiais necessários e do respectivo feitio <sup>76</sup>; a compra de tecidos e acessórios para vestuário e adornos e o valor do acabamento <sup>77</sup>; a encomenda ao judeu *Josep* de Santarém da execução do selo pequeno do bispo <sup>78</sup>, além de três copas de prata douradas <sup>79</sup>, a que se juntaram num outro momento mais duas <sup>80</sup>. João de Soure dá igualmente conta da compra ao mercador Vasco Domingues de uma romã em prata e de um pichel dourado, de moedas de ouro de distintas origens <sup>81</sup>, além da despesa com o restauro do cálice de prata da câmara de Alhandra e da aquisição de um turíbulo de prata para a câmara de Santo Antão do Tojal <sup>82</sup>.

D. Lourenço mostrou ser um prelado também empenhado em reparar e construir, talvez motivado pelos danos causados pelos terramotos que devastaram o reino, e em particular a zona de Lisboa, em anos anteriores ao seu episcopado <sup>83</sup>.

A testemunhar esse espírito empreendedor estão as generosas informações respeitantes às intervenções realizadas no paço episcopal de Lisboa, que João de Soure foi coligindo, no cumprimento da firme recomendação do bispo para que anotasse “todo pelo mehuado pera avermos dello conto e recado” <sup>84</sup>. As primeiras obras tiveram início a 20 de Julho de 1360, sendo a partir daí averbado diariamente todo o dinheiro dispendido na aquisição e transporte dos materiais de construção (areia, pedra, cal, cordas, vimes, ripas, madeira para pavimento e portas, telhas e pregaduras), e na alimentação e no soldo dos trabalhadores (mestres, carpinteiros, servidores, moços e moças), havendo ainda o cuidado de relatar o andamento das empreitadas e dos trabalhos de arquitectura <sup>85</sup>. No conjunto dos trabalhos, o ano de 1362 mostrou ser o mais profícuo: em Janeiro foram construídas as casas

---

<sup>75</sup> Fls. 206v-207.

<sup>76</sup> Fls. 209v-210.

<sup>77</sup> Fls. 224v e 244v.

<sup>78</sup> Em Fevereiro de 1363, tendo sido pago ao todo, pela prata e feitio, pelo dourar e lavar uma figura, 14 libras e 6 soldos (fl. 237).

<sup>79</sup> Para o bispo oferecer a João Rol, a João Gonçalves, vassalo do rei, pelo casamento da sua filha, e ao arcebispo de Braga (fl. 221).

<sup>80</sup> Fl. 243.

<sup>81</sup> Fls. 243-243v.

<sup>82</sup> Fls. 220v e 239v.

<sup>83</sup> Registaram-se abalos de graves consequências, nomeadamente no edifício da Sé, em 1347, 1355 e 1356. Cf. CASTILHO, Júlio de – *Lisboa Antiga. Bairros Orientais*, 3ª ed., vol. 5. Lisboa: Câmara Municipal, 1970, p. 17-18; *Ibidem* – 2ª ed., vol. 6. Lisboa: Câmara Municipal, 1936, p. 2 e seguintes; FERREIRA, Maria Emília – Terramotos. In *DICIONÁRIO de História de Portugal*, vol. 4. Lisboa: Liv. Figueirinhas, 1971, p. 163.

<sup>84</sup> Fl. 188.

<sup>85</sup> Fls. 194v e 197.

da estrebaria de fora e reparadas as manjedouras e o alpendre; em Maio foi a vez da entrada e das manjedouras da cavalaria; em Agosto, do palheiro e das manjedouras da cavalaria grande; em Setembro foi levantada uma parede na saquitaria; e em Dezembro foram iniciados os trabalhos no interior do próprio paço, o que incluía as câmaras do bispo <sup>86</sup>. No ano seguinte, as obras continuaram, desta feita na casa da palha e na casa do pescado, tendo sido caiada a câmara do bispo, construídos a escada e o alpendre de cima do paço e reparado por inteiro o cano da cozinha, por onde escoavam as águas do quintal, além de ter ficado concluída a reparação de uma casa fronteira ao paço <sup>87</sup>.

Este cuidado dedicado ao edifício de morada do bispo inscreve-se, por sua vez, num programa reconstrutivo mais amplo, que contemplou outras casas urbanas e rústicas do episcopado, para as quais também se conhecem os montantes dispendidos em materiais de construção e mão-de-obra <sup>88</sup>.

Por outro lado, a contabilidade da administração dos domínios rurais, em particular os situados em Marvila e na Azóia, dá-nos, entre outros aspectos, uma visão minuciosa do modo e do custo de execução das principais tarefas do calendário agrícola. Atentemos ao exemplo da vindima de Marvila no ano de 1361. Foi marcado o dia de início, 30 de Setembro, e arregimentada a mão-de-obra. Enquanto se iniciou a colheita e a pisa das uvas, os tanoeiros encarregaram-se dos rituais de reparação, lavagem e aferição dos tonéis e das pipas que já existiam e, na perspectiva de um boa colheita, calcularam outros tantos que entretanto deviam fazer. À medida que o processo evoluiu, foi sendo anotado o dinheiro dispendido nos materiais para a reparação dos tonéis, nas candeias para conferir o seu interior e para ir seguindo a evolução do vinho no lagar, e finalmente no aluguer de doze odres, que serviriam para transportar o vinho. O tempo do transporte foi igualmente avaliado, em função da alimentação e do soldo a pagar aos trabalhadores. Sete dias depois do início, a 6 de Outubro, a vindima foi dada por terminada. Em 1362 e 1363 este ritual repetiu-se, assim como o da ceifa do trigo na Azóia e em Marvila <sup>89</sup>.

Soma-se a estes registos das actividades sazonais o averbamento do montante gasto em reparações ou construções nas unidades agrícolas, como as realizadas no lagar de Marvila, em Novembro de 1363, que implicaram a renovação de toda a estrutura do edifício e a compra de novas mós, que precisaram de ser transportadas em barca e em carro de bois, dando-se igualmente conta de quanto foi pago com toda a mão-de-obra e respectiva alimentação <sup>90</sup>.

Um outro aspecto pouco conhecido, relativo ao relacionamento institucional entre o bispo de Lisboa e o cabido da sua catedral, emerge também do rol das despesas da Casa de D. Lourenço. Referimo-nos às ofertas de géneros que o prelado,

---

<sup>86</sup> Fl. 223v.

<sup>87</sup> Fl. 247.

<sup>88</sup> Fls. 245-246.

<sup>89</sup> Fls. 211, 225 e 249v.

<sup>90</sup> Fls. 247v-248.

todos os anos, pelo Advento, a 16 de Dezembro, mandava entregar às dignidades e cônegos da Sé <sup>91</sup>.

Essas ofertas eram compostas por especiarias brancas e baças, anis, vinho da Atouguia, da Lourinhã e de outras proveniências, e algumas variedades de fruta como, por exemplo, centos de maçãs Baionesa e de pêras, sendo que numa das ofertas se acrescentaram cidras. No ano de 1362 foram ainda incluídos doces e conservas, como a perada, a marmelada e a laranjada. O seu transporte também devia ser providenciado e pago, neste caso aos homens que levavam o vinho das adegas do bispo até a Sé, e às mulheres e moças encarregadas de levar, a partir do paço, as restantes oferendas em taças e cântaros. Feitas as contas, a despesa anual com estes presentes variou no seu todo entre as 24 e as 52 libras <sup>92</sup>.

Também a doença, e a preparação da morte (ocorrida a 19 de Junho de 1364) e da sepultura de D. Lourenço nos são reveladas através do trabalho de João de Soure. Já anteriormente demos conta de um pagamento feito a Mestre Pero por ter acompanhado o bispo na sua agonia, preparando-lhe mezinhas, xaropes e clisteres. <sup>93</sup> No entanto, o recurso a este boticário e a remédios adequados ao tratamento de patologias do foro intestinal, que ao que tudo indica terão estado na origem da morte do prelado, assinalam-se desde 1361. No final do Verão desse ano, João de Soure pediu por duas vezes a Mestre Pero a feitura de “balas leixativas” com ouro e de um “preparativo” para o bispo, um dos quais foi necessário levar a Santo Antão do Tojal, onde D. Lourenço se encontrava doente <sup>94</sup>. Nos finais de 1363, o problema ter-se-á agudizado, a avaliar pelo reforço da terapêutica, pois, além dos laxantes e “preparativos” habituais, foram feitas pelo mesmo boticário “limonadas”, uma das quais levada a Aljubarrota, tendo ainda sido comprado um quintal (44 quilos) de figos de Tavira <sup>95</sup>.

Por essa altura já se adivinharia o pior. Começou-se a preparar a morte do bispo a 27 de Outubro, com a ordem de execução do seu túmulo, no mosteiro de S. Francisco de Lisboa. A partir desse dia, João de Soure entregou faseadamente

---

<sup>91</sup> No quadro dos estudos recentes sobre o cabido de Lisboa (cf. FARELO, Mário – *O cabido da Sé de Lisboa*, vol. 1, p. 112-126) não encontrámos elementos concretos que nos permitam enquadrar estas ofertas anuais, eventualmente relacionadas com as contrapartidas que, por norma, as formações capitulares recebiam dos seus prelados pelos rendimentos que estes auferiam.

<sup>92</sup> Fls. 210v, 225v e 250.

<sup>93</sup> Cf. nota 42.

<sup>94</sup> Fl. 208v. Entendam-se as “balas leixativas” como pílulas ou outro tipo de compostos fármacos, resultantes da mistura e da pulverização de vários elementos, vegetais, animais, químicos, minerais e metais, como o caso do ouro; cf. PENSO, Giuseppe – *La medicina medioevale*, p. 404. Ainda a propósito da utilização do ouro em preparados medicinais e a referência ao seu uso no tratamento de um outro bispo agonizante, cf. SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa – O processo de inquirição do espólio, p. 212.

<sup>95</sup> Fl. 248.

a Frei Afonso dinheiro destinado ao pagamento dos pedreiros que levaram o “mui-mento” de D. Lourenço para o mosteiro e nele trabalharam durante sete semanas e seis dias, ficando a obra no seu todo orçada em 200 libras <sup>96</sup>.

Falecido o bispo seu senhor, João de Soure passou a cumprir as ordens dos testamenteiros João Rol, Mestre João das Leis e Pedro Esteves, prior de Santo André, encerrando o livro com o registo das derradeiras despesas do prelado. Aí deu conta das mil libras que entregara a João Rol para com elas pagarem, entre outras coisas, a sepultura do bispo, o tanger dos sinos, os panos de luto dos acompanhantes, a cera que deveria ser queimada, bem como o vinho, as peixotas e o pão para o sustento dos acompanhantes durante as exéquias e o “trintairo” do bispo de Lisboa <sup>97</sup>.

Em suma, através destas notas, procurámos analisar em traços largos o processo de reclamação do espólio de D. Lourenço Rodrigues (1359-1364†), bem como o livro de despesas da sua Casa, que oportunamente foi apenso a este processo pelos colectores apostólicos. Apesar da realização material do processo de espólio e do livro de despesas ter obedecido a objectivos distintos, ambos formam na sua diversidade uma fonte coerente, quer do ponto de vista cronológico quer temático, assente num denominador comum: a figura do bispo D. Lourenço e a vida quotidiana durante o seu episcopado.

Trata-se, como vimos, de um documento de rara importância, e porque não dizer único, quer para a reconstituição dos trâmites processuais das reclamações de espólios efectuadas pela *Camera Apostolica* na Península Ibérica durante o papado de Avinhão, quer para o conhecimento da estrutura, das ocupações e dos encargos de uma Casa episcopal portuguesa de Trezentos. Por outras palavras, a enorme riqueza de informações que aqui encontramos permite-nos de um modo singular entrever o perfil de um prelado, avaliar o seu património móvel e a administração do seu senhorio episcopal, mas acima de tudo conhecer em pormenor o dia-a-dia da vivência urbana e rural de uma diocese, no caso a de Lisboa de meados do século XIV, pondo em realce uma multiplicidade de facetas do quotidiano medieval que a documentação coeva normalmente silencia. A singularidade e o valor desta fonte constituem, por conseguinte, fortes razões para nos animarem na ambiciosa tarefa da sua publicação e estudo, no âmbito de um trabalho colectivo que a breve trecho esperamos poder concretizar.

---

<sup>96</sup> Fl. 237v.

<sup>97</sup> Fl. 256v.